

A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS DOS DESASTRES.
UMA APLICAÇÃO À COLINA DO CASTELO DE S. JORGE.*

Manuel João Ribeiro

mjrribeiro@email.pt
Sociólogo

RESUMO

O presente artigo aborda a temática das vulnerabilidades sociais dos desastres, entendida no duplo significado de nível e grau de exposição ao risco e capacidade de absorver e recuperar dos efeitos produzidos pelos desastres.

Centrado no domínio da Sociologia dos Desastres, discutem-se e definem-se os parâmetros teóricos e metodológicos da construção de um modelo analítico das vulnerabilidades sociais dos desastres, com aplicação concreta ao bairro de Alfama na Colina do Castelo de S. Jorge, em Lisboa.

Palavras-chave: Vulnerabilidades, vulnerabilidades sociais, desastres, sociologia dos desastres.

ABSTRACT

This paper deals with the social vulnerabilities of disasters, concerning the level and degree of exposure to risk, and at same time, the ability to absorb and recover from the damage.

Focus on Sociology of Disaster, the paper discusses and defines, in theoretical and methodological terms, the building of an analytical model for social vulnerabilities of disasters, with application to Alfama, located in historical center of Lisbon, namely in the Saint George Castle Hill.

Keywords: Vulnerabilities, social vulnerabilities, disasters, sociology of disasters.

RÉSUMÉ

Le présent article traite de la vulnérabilité aux catastrophes sous ses aspects sociaux: degré d'exposition, risques et capacité de réaction.

Il analyse d'un point de vue théorique et méthodologique la construction d'un modèle analytique d'évaluation sociale des catastrophes, relatif au quartier d'Alfama, sur la Colline du Château de S. Jorge à Lisbonne.

Mots clés: Vulnérabilités, vulnérabilités sociales, catastrophes, sociologie des catastrophes.

1. Desastres e vulnerabilidades sociais

Nas representações e nas práticas sociais associadas aos desastres ainda prevalece um entendimento de que a explicação destes fenómenos, pelo menos na sua origem, assenta em processos sobretudo físicos e/ou metafísicos. Consideram-se assim os desastres como fenómenos externos e, portanto, não directamente imputáveis do ponto de vista da sua construção social. Contudo, é somente enquanto processos de cunho socialmente relevante que os desastres encontram pertinência analítica e explicativa.

De uma maneira decisiva, os desastres reflectem o estágio de desenvolvimento das sociedades e, inerentemente, da sua respectiva capacidade de adaptação e preparação, para incorporar e gerir os efeitos desses fenómenos sociais não rotineiros. Estabelecidas através dos processos de articulação entre o sistema social e o ambiente construído¹, as rupturas sociais associadas aos desastres são, deste modo, uma resultante da conjugação entre os mecanismos de causalidade genética e sistémica.

A construção deste paradigma explicativo dos desastres tem óbvias repercussões na forma e no modo de abordar esta temática. Passa-se, efectivamente, de uma lógica patenteada pelo entendimento que as sociedades são receptoras involuntárias das consequências dos desastres, cujas causas apenas têm explicação no domínio físico e/ou metafísico, para um assumir das responsabilidades inerentes das decisões e das opções que vinculam a própria organização do sistema social no já referido processo de articulação com o ambiente construído.

No âmbito da investigação dos desastres enquanto processos sociais encontra particular enfoque analítico o estudo das respectivas vulnerabilidades sociais, como uma das dimensões pertinentes do desenvolvimento das condições de risco associado à maior ou menor probabilidade de ocorrência de um desastre.

Enquadradas numa dupla referência analítica - nível e grau de exposição ao risco e capacidade de absorver e recuperar dos danos produzidos - as vulnerabilidades sociais constituem um indicador de importância decisiva para a análise das condições sociais que se lhes encontram subjacentes. Nesta medida, contribuem para a definição de linhas de acção, preventivas e de preparação de emergência, relativas aos processos de planeamento e intervenção social, política, cultural

e económica, tendentes a minimizar e/ou mitigar, quer as vulnerabilidades detectadas, quer os inerentes e respectivos riscos associados.

Não podendo, a pretexto algum, dissociar-se do contexto social onde se produzem, as vulnerabilidades sociais dos desastres assumem uma importância analítica e reflexiva extrema, quer em termos de identificação e diagnóstico dos perigos e fragilidades do sistema social, quer ao nível do respectivo dimensionamento avaliativo do grau de investimento a ter em linha de conta nas opções sócio-políticas das sociedades.

Esta investigação, centrada no domínio técnico-científico da Sociologia dos Desastres, constitui, portanto, um contributo relativamente à definição e construção teórico-metodológica de um modelo analítico das vulnerabilidades sociais face aos desastres.

Este projecto, para além da evidenciação de um conjunto de ferramentas de análise que procura operacionalizar tem, ainda, como objectivo subjacente, introduzir uma componente técnica de suporte e de orientação, através dos resultados alcançados, para as acções e os programas de intervenção no domínio da protecção civil.

2. Operacionalização de um modelo de análise

Localizada na Colina do Castelo de S. Jorge, Alfama (concretamente, as freguesias de Santo Estêvão e São Miguel) constituiu-se como área piloto de análise para o desenvolvimento e aplicação dos pressupostos conceptuais que se encontram na base do presente trabalho.

A opção por esta área para a implementação do trabalho de investigação que agora se apresenta ficou a dever-se, sobretudo, à definição prévia resultante de diversos estudos realizados em torno do risco sísmico que vieram a considerar a zona em questão como área crítica face a esse tipo de risco.

Por outro lado, Alfama é um bairro que, desde os finais da década de 80 tem vindo a desenvolver um processo de reabilitação urbana, tendente à recuperação/reabilitação social daquela realidade sócio-cultural específica.

Com a conjugação destes dois vectores, alia-se ainda o facto de se pretender desenvolver um plano específico de preparação e gestão de emergência para o bairro. Considerou-se assim que, através dos trabalhos que

¹ Manuel João Ribeiro, 1995, "Sociologia dos desastres", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 18, CIES/ISCTE, Lisboa

constituem o presente projecto, em articulação com outras linhas de desenvolvimento técnico e científico, se poderiam, numa primeira fase, identificar e recensear as principais vulnerabilidades e fragilidades para, num segundo momento, se lançarem linhas de acção tendentes à sua minimização e redução, baseada na participação integrada e alargada de todos os agentes e instituições que interagem neste bairro tradicional do centro histórico da cidade de Lisboa.

Em termos do desenvolvimento técnico e metodológico em que assenta este trabalho, saliente-se que se iniciou pela definição teórica das variáveis de caracterização social, consideradas como detentoras de conteúdo analítico explicativo para os objectivos deste projecto.

Com base em referências tanto de cariz empírico, como em consultas bibliográficas extensivas, chegou-se à conclusão de que, globalmente, as vulnerabilidades sociais dos desastres manifestam-se em três domínios específicos do social: o sócio-estrutural, onde se definem os parâmetros referentes à composição e características das unidades familiares e indivíduos, como uma resultante das condições objectivas da sua existência social; o sócio-urbanístico, com manifestações do processo de organização e apropriação do espaço-território no contexto do sistema onde se inserem essas unidades familiares e indivíduos; e sócio-cultural, com referência expressa às representações, práticas e comportamentos sociais em torno dos processos e mecanismos adaptativos face às culturas de risco e de segurança.

A operacionalização subsequente destas unidades centrais processou-se através da construção de um corpo de variáveis pertinentes no respectivo contexto de pertença, testando-se o seu peso analítico e explicativo através de processos de reflexividade teórica em ordem à variável aglutinadora.

A fase subsequente consistiu na elaboração e atribuição, para cada um dos *itens* constituintes das variáveis em causa, de um referencial empírico de análise relativamente ao grau de vulnerabilidade social.

Para este efeito, estruturaram-se as classes de vulnerabilidade social em cinco tipos de graduação: alta (5), média-alta (4), média (3), média-baixa (2) e baixa (1).

Sócio-estruturais	Sócio-urbanísticas	Sócio-culturais
Grupos etários	Densidade de ocupação	(Práticas) prevenção face aos riscos
Categorias sócio-profissionais	Ritmos e modos de utilização	Ações de formação (incidência)
Níveis de ensino	Malha-tecido urbano/acessibilidade	Representações face ao risco sísmico
Tempo de residência	Rácio habitacional/não habitacional	Representações face aos perigos do bairro
Tipo de família	Equipamentos domésticos	Mecanismos de identificação/comunicação
Grupos críticos	Regime jurídico do alojamento	Escolaridade

Quadro 1: Variáveis de vulnerabilidade social

A tipologia construída, na ausência de modelos de referência específicos neste tipo de projectos e estudos, obedeceu a duas considerações genéricas: a primeira evidenciou-se através da consulta de informação e literatura produzida (com especial ênfase na que se localiza no âmbito das ciências sociais)² referente a processos resultantes de análises e investigações científicas, com prevalência para as de cunho empírico, onde são salientadas algumas linhas de reflexão e conclusão para as características sociais predominantes das populações que foram objecto de desastres; a segunda, resulta da prática reflexiva e, experiência vivida no tratamento e na gestão dos processos de ruptura social, derivados da ocorrência de pequenos e médios acidentes, resultantes da actuação do Serviço Municipal de Protecção Civil de Lisboa.

Em termos gerais, refira-se que é sabido que a redução das vulnerabilidades sociais passa por um processo de desenvolvimento social integrado e sustentado das populações, através da exclusão dos factores e condições sociais que potenciam e fomentam a sua própria fragilidade. Contudo, considerou-se que, em termos práticos, um primeiro contributo poderá ser fornecido se se identificarem e isolarem os principais parâmetros sociais que possam constituir-se, de imediato, como linhas de acção num programa mais vasto de decisões e opções técnico-políticas.

A importância desta matéria, em contexto de intervenção em protecção civil é aliás determinante dado o carácter de transversalidade que atravessa o ciclo dos desastres. Assim, e em primeiro lugar, a

² Ver a este propósito, e entre outros, Nikos Petropoulos, 1996, "A Survey of Household EQ Preparedness: the case of Pyrgos, Greece", *Proceedings 2nd International Conference IACIE, Amsterdam*; E.L. Quarantelli, 1995, "What is a Disaster?" *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, Vol. 13, n.º 3, November 1995, Research Committee on Disasters, International Sociological Association, University of North Texas, Denton, USA; e Jesús Manuel Macías, 1992, "Significado de la vulnerabilidad social frente a los desastres", *Revista Mexicana de Sociología*, n.º 4.



Foto 1 - Bairro de Alfama (Lisboa). Fotografia de Manuel João Ribeiro

análise das vulnerabilidades sociais possibilita a definição de programas e ações no domínio da componente preventiva, intervindo junto das dimensões que consubstanciam as próprias fragilidades e potenciam as situações de risco, reduzindo-as ou minimizando-as. Em segundo lugar, contribui e fornece elementos essenciais a integrar numa óptica de preparação e planeamento de emergência em resultado do diagnóstico de estádios de carência e fragilidade social, permitindo dimensionar recursos e respostas. Em terceiro lugar e durante o processo de gestão de emergência, não só usufrui de eventuais ações desenvolvidas previamente capacitando atitudes e comportamentos face ao desastre, como também adequa, com um maior rigor de aproximação no accionamento dos meios para suprir as necessidades evidenciadas com o desastre. Por último e em quarto lugar, sustenta as linhas de desenvolvimento social mediante a implementação

de projectos e programas de recuperação e reabilitação que extirpem os próprios factores de vulnerabilidade que, estando na origem sistémica dos riscos e perigos, conduziram à situação de desastre.

Na fase seguinte, elaborou-se um questionário com perguntas estruturadas em ordem aos indicadores sociais alimentadores das variáveis pré-definidas. Após a definição e selecção de uma amostra do universo a inquirir³, foi lançado o trabalho de campo mediante a aplicação do referido questionário por parte de entrevistadores qualificados para o efeito.

Tendo por suporte os trabalhos realizados no bairro de caracterização sociológica da população e da habitação⁴, definiu-se uma amostra representativa da população (305 agregados familiares num total de 875 indivíduos, correspondendo a 10,3% do total de famílias do bairro e 11,7% relativamente ao conjunto total de indivíduos a residir em Alfama), com base num conjunto de variáveis de pertinência explicativa desta realidade sócio-cultural, urbanística e económica.

Na organização e sistematização da informação recolhida com a aplicação do questionário, recorreu-se a instrumentos informáticos de suporte e utilização específica para o efeito, o que possibilitou o tratamento

³ Carla Sancho, 1998, "Vulnerabilidades Sociais dos Desastres - O caso de Alfama", Tese de Licenciatura em Sociologia da Administração, do Poder Local e Central, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra

⁴ Manuel João Ribeiro, António Fiumino da Costa, Maria das Dores Guerreiro e Isabel Valente, 1991, "Alfama - Caracterização Sociológica da População" e "Alfama - Caracterização Sociológica da Habitação", Cadernos de Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Lisboa, DMRU, Lisboa

estatístico dos dados, com inerente produção dos respectivos resultados.

3. Vulnerabilidade sócio-estrutural

A componente sócio-estrutural das vulnerabilidades dos desastres traduz, como se procurará demonstrar, uma das dimensões mais pertinentes do processo de análise do tipo e do grau de fragilidade objectiva a que se encontram sujeitas as comunidades, grupos sociais e indivíduos.

Na apresentação que se seguirá, optou-se por um esquema de discussão e reflexão que abrange, não só alguns dos parâmetros essenciais de caracterização social da população inquirida, como também integra de forma analítica o respectivo tratamento em termos de vulnerabilidade sócio-estrutural.

No Quadro nº 2 apresenta-se a distribuição da população inquirida pelo Género em presença.

	Total de indivíduos		Chefe de família	
	nº	%	nº	%
Masculino	422	48,2	236	77,4
Feminino	453	51,8	69	22,6
Total	875	100	305	100

Quadro 2: Género

Através da leitura dos resultados deste Quadro assiste-se, em termos globais, ao predomínio da população feminina relativamente à masculina. Contudo, relativamente aos chefes de família constata-se a predominância do género masculino face ao feminino. Esta situação traduz, aliás, em termos culturais, as características que se encontram por detrás da própria organização familiar, quer da realidade em análise, quer do próprio sistema social onde se inserem.

A variável Género, por si só, mereceria um desenvolvimento e um tratamento autonomizado. De facto, na literatura produzida no âmbito das ciências sociais com ligação à temática dos desastres, esta variável tem sido uma das que maior atenção e aprofundamento tem vindo a sofrer. A título meramente explicativo e ilustrativo será de salientar o número especial da *International Journal of Mass Emergencies*

and Disasters, de Março de 1999, subordinado ao tema "Women and Disasters"⁵, editado por Betty Hearn Morrow e Brenda D. Phillips. Este número, na sequência de outros trabalhos produzidos sobre esta temática, aborda sob variadas ópticas de análise o papel desempenhado pelas mulheres, e também pelos homens, nas relações estabelecidas com os desastres. Reflectindo em torno de vários processos, nomeadamente os que se encontram presentes, quer nas atitudes de prevenção e preparação de emergência, quer durante a fase do socorro, quer, ainda, na posterior fase de reabilitação, as autoras, na introdução deste número especial, salientam como ponto de partida que as mulheres, como grupo social, "respondem, experimentam e são afectadas pelos desastres de forma qualitativamente diferente" dos homens. Acrescentam, contudo, que "as mulheres não experimentam os desastres de forma uniforme", apenas porque pertencem ao género feminino, introduzindo assim a importância de ser reconhecida a sua própria diversidade social. Inserindo a análise nos respectivos contextos sócio-culturais, económicos e políticos são desenvolvidas dissertações relativas à importância que atravessa os papéis sociais dos actores em presença, reflectindo em termos de predominância e subalternidade, de complementaridade e autonomia, relativamente às funções sociais desempenhadas.

Neste contexto, de entre algumas das linhas de acção possíveis de equacionar, refira-se, a título de exemplo, o papel da mulher na organização familiar face aos processos de emergência, no apoio às vítimas, na negociação relativa aos auxílios prestados institucionalmente, na introdução nos processos de preparação e planeamento da participação e colaboração familiar e das redes de vizinhança nas operações de emergência, etc. Não sendo áreas de intervenção exclusivas do género feminino, contudo, conforme é referenciado e atendendo ao contexto sócio-cultural e familiar do bairro em análise, deverão ser ponderadas acções tendentes a contemplar esta variável nos programas a desenvolver com o duplo objectivo de não só rentabilizar recursos, saberes e competências específicas, como também melhorar capacidades através de uma participação alargada dos vários intervenientes, nos quais o género feminino detém um papel importante.

Não constituindo objectivo deste trabalho o aprofundamento em torno deste tema, apenas se deixam aqui ficar algumas notas de apoio à sua consequente reflexão, podendo e devendo vir a ser objecto de desenvolvimentos específicos. O seu

⁵ *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, Vol. 17, nº 1, March 1999, Research Committee on Disasters, International Sociological Association, Texas Women's University, Denton, USA.

contributo e importância serão por demais evidentes no apoio e no suporte às opções técnicas e políticas relativas à prevenção e planeamento de emergência.

A estrutura etária, cuja importância é por demais evidente na problemática dos desastres, foi outra das variáveis analisadas nesta amostra. Contudo, para um tratamento analítico mais específico, relativamente à distribuição etária da população, procedeu-se à sua respectiva agregação por grupos funcionais (Quadro nº 3).

	Total de indivíduos		Chefe de família	
	nº	%	nº	%
0 - 19 anos	212	24,2	5	1,6
20 - 59 anos	434	49,6	164	53,8
60 e mais anos	229	26,2	136	44,6
Total	875	100	305	100

Quadro 3: Grupos funcionais

Evidencia-se assim, neste Quadro, o envelhecimento da população de Alfama. O rácio jovens/adultos é de 49 (49 jovens por 100 adultos), enquanto o rácio velhos/adultos é de 53 (53 idosos por 100 adultos). Como se torna evidente, a representatividade do grupo 0-19 anos dos chefes de família é meramente residual.

A análise e a interpretação destes elementos revelam-se de uma importância fulcral, como mais adiante se verificará, para as políticas a seguir no domínio, quer das acções preventivas, quer de preparação e planeamento, quer, ainda e uma vez mais, nos processos relativos à recuperação/reabilitação no pós-desastre.

Reforçando o que atrás se salientou, a consideração dos grupos etários como variável de caracterização sociológica, detém uma importância contributiva de valor extremo para a análise das comunidades, grupos sociais e indivíduos na sua relação com os desastres. Partiu-se aqui do pressuposto, amplamente confirmado por vários estudos sobre esta matéria, de que os grupos etários mais jovens e mais idosos têm constituído invariavelmente as classes mais vulneráveis face aos desastres. Refira-se neste contexto, a título de exemplo, o estudo de Anne-Michelle Ketteridge e de Maureen Fordham⁶ sobre os processos de evacuação resultantes de inundações em duas comunidades escocesas onde são referidos os problemas surgidos em lidar com os circunstancialismos

próprios das crianças e dos velhos. Esta situação, segundo acrescentam veio, posteriormente a manifestar-se no surgimento de problemas específicos de índole psicológica, com as inerentes manifestações sociais no âmbito da comunidade em que se integravam esses indivíduos.

A própria experiência vivida na gestão dos processos de acidentes urbanos que ocorrem na cidade de Lisboa, e nos quais o autor deste artigo é chamado a participar, traduzem a importância de ter em linha de conta esta variável. Salvaguardando a análise iminente empírica, refira-se que, nas situações onde as populações vítimas são constituídas por idosos e/ou crianças se verifica um aumento substancial das dificuldades na gestão, quer de emergência, quer do pós-acidente com não raras vezes a necessidade de promover o encaminhamento para instituições de apoio social como forma de garantir o necessário acompanhamento desses indivíduos. Por outro lado, não se poderá descurar o facto de um número relativamente significativo dessas ocorrências se ficar a dever a situações para as quais essas populações foram directa ou indirectamente contribuintes. Brincadeiras com fósforos, esquecimento de panelas ao lume, cigarros mal apagados, velas acesas, etc.

A utilização desta informação revela-se assim de extrema utilidade na introdução dos programas e nas acções a estabelecer tendo em vista, por um lado, a organização e a preparação das populações para lidar com os processos de risco-desastre e, por outro lado, na possibilidade de traduzir para as estruturas operacionais de protecção civil as características sócio-estruturais e culturais em presença.

Neste contexto, apresenta-se de imediato a primeira variável aqui considerada ao nível da vulnerabilidade sócio-estrutural.



Foto 2 - Dificuldades de circulação. Fotografia de Manuel João Ribeiro

⁶ Anne-Michelle Ketteridge e Maureen Fordham, 1998, "Flood Evacuation in Two Communities in Scotland: Lessons from European Research", *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, Vol. 16, nº 2, August 1998, Research Committee on Disasters, International Sociological Association, University of North Texas, Denton, USA

Níveis	Classes etárias	nº	%	Σ%
5	0 - 14 anos e + de 65 anos	83	27,2	27,2
4	55 - 64 anos	85	27,9	55,1
3	15 - 24 anos	10	3,3	58,4
2	45 - 54 anos	53	17,4	75,8
1	25 - 44 anos	74	24,2	100
	Total	305	100	

Quadro 4: Grupos etários

A lógica analítica aqui proposta assenta em considerar como vulnerabilidade alta (nível 5) os grupos até 14 anos e os com mais de 65 anos. Em sentido oposto, considerou-se o grupo situado entre os 25 e os 44 anos como o que menor vulnerabilidade apresenta (nível 1). Os restantes níveis reflectem situações intermédias passando da vulnerabilidade média alta (nível 4), pela média (nível 3) até à média-baixa (nível 2).

Conforme se constata pelos resultados, mais de metade da população apresenta uma vulnerabilidade alta ou média-alta. Esta circunstância, acompanhando a leitura que tem vindo a ser realizada, indicia a necessidade de se equacionarem acções específicas relativas a esta população. Embora a sensibilização, informação e formação das populações devam constituir um todo integrado, dever-se-á ter em atenção as especificidades em presença, quer nas acções preventivas, quer nas acções de planeamento operacional de emergência. De entre essas especificidades não se poderá, a pretexto algum, descurar a que resulta da distribuição e das predominâncias verificadas em termos etários. Para todos os efeitos jogam-se aqui competências e capacidades que, embora não determinadas em exclusivo pela estrutura etária em presença são, contudo, por elas influenciadas.

No Quadro nº 5 é apresentada a distribuição da população por níveis de escolaridade.

Não sendo de salientar grandes distinções, para além da predominância do Ensino Básico em relação a todos os outros graus de ensino nota-se, no entanto, uma evidente sub-representação dos níveis de maior escolaridade, mais notória nos chefes de família, mas sem diferenciação significativa face ao conjunto da população.

	Total de indivíduos		Chefe de família	
	nº	%	nº	%
Sem escolaridade formal	216	25,2	76	24,9
Básico (1º Ciclo)	345	40,2	157	51,5
Secundário	227	26,4	56	18,4
Complementar	51	5,9	12	3,9
Técnico-Profissional	2	0,2	0	0,0
Superior	18	2,1	4	1,3
Total	859	100	305	100

Quadro 5: Escolaridade

Também esta variável assume uma importância estratégica no âmbito das acções a desenvolver no domínio da protecção civil, na medida em que permite, à priori, que sejam adequados os respectivos conteúdos programáticos à realidade social em processo de intervenção. Por um lado, possibilita de imediato prever e programar as medidas interventivas de acordo com as características escolares em presença, nomeadamente em termos das componentes cognitiva e de adaptação das mensagens a transmitir. Por outro lado, e no sentido da sua mitigação, também fornece os elementos necessários para ultrapassar esta vulnerabilidade através de acções que visem aumentar os níveis de escolaridade existentes mediante a implementação de programas adaptados à população em causa.

Uma 2ª variável caracterizadora da vulnerabilidade sócio-estrutural é apresentada no Quadro nº 6.

Níveis		nº	%	Σ%
5	Sem escolaridade formal	76	24,9	24,9
4	Básico (1º e 2º Ciclo)	192	63,0	87,9
3	Secundário	21	6,9	94,8
2	Complementar/Profissional	12	3,9	98,7
1	Ensino Superior	4	1,3	100
	Total	305	100	

Quadro 6: Nível ensino

Pela respectiva leitura deste Quadro imediatamente se constata que cerca de 88% da população inquirida se distribui pela escolaridade básica ao nível do 1º ciclo (63%) ou inclusive pela ausência de

⁷ Jesús Manuel Macías (1992) op.cit. e Fernando P. Carrasco, 1992, "Estrategias de desarrollo social en situaciones de desastre", *Revista Mexicana de Sociología*, nº 4

escolaridade formal (24,9%). Dito de outra forma, verifica-se uma situação de vulnerabilidade alta e média-alta.

Novamente daqui se retiram conclusões deveras importantes para o equacionar de acções e políticas de intervenção no sentido da minimização dos factores de vulnerabilidade social dos desastres. À semelhança do que atrás foi referido, e uma vez mais, a preparação e planeamento das acções de formação terão que ser estruturadas de acordo com as características educacionais em presença. A adequação dos programas (acções de informação, sensibilização e formação) terá que ser direccionado aos públicos-alvo mediante a escolha de metodologias, conteúdos e instrumentos de suporte aptos a fazer passar as mensagens estabelecidas. Linguagens e mensagens imbuídas de cunho demasiadamente técnico ou assentes em códigos herméticos, poderão ter pertinência face a alguns outros tipos de destinatários mas, no caso vertente, seriam obviamente contraproducentes. Neste contexto, o conhecimento prévio da variável nível de ensino assume-se de importância fulcral na medida em que constitui um dos factores de caracterização, simultaneamente estrutural e cultural, da população em presença.

As variáveis de caracterização sócio-profissional apresentam uma importância decisiva nos estudos de vulnerabilidade-risco dos desastres. No âmbito da literatura produzida em tomo desta temática, nunca será demais salientar os excelentes contributos, entre muitos outros, prestados por dois investigadores mexicanos, Jesús Manuel Macías e Fernando P. Carrasco⁷. Saliente-se, resumidamente, a ênfase colocada nos trabalhos destes dois investigadores, onde a componente sócio-económica se apresenta como um dos contributos analíticos e explicativos de maior peso para o equacionar dos processos de vulnerabilidade social dos desastres.

No âmbito das experiências quotidianas vividas em processos de gestão de emergência constata-se um maior número de acidentes afectando populações de menores recursos económicos e profissionais em comparação com os que recaem em comunidades, grupos sociais e indivíduos detentores de melhores condições económico-profissionais. Acresce ainda que, quando os grupos que apresentam maiores recursos são afectados por acidentes, a sua capacidade de recuperação e reabilitação permite-lhes com maior rapidez e facilidade ultrapassar os problemas e danos surgidos. Também esta leitura que tomar em linha de conta a própria dimensão do desastre, contudo,



Foto 3 - Rua em escadaria. Fotografia de Manuel João Ribeiro

independentemente desse factor, constata-se reacções e repercussões diferenciadas com base nas características sócio-económicas em presença.

Sem pretender aprofundar exaustivamente este tema, refira-se, entre muitos outros, os factores que derivam da escolha do local de residência (normalmente está associado às populações com menores recursos a localização em áreas de maior risco), o tipo de habitação (características construtivas, área do alojamento, equipamentos domésticos e de segurança) e a manutenção e investimento nos prédios (estado de conservação e degradação em que se encontram, investimento do rendimento familiar nessa conservação, aquisição e reforço de condições de segurança, seguros, etc).

Esta breve leitura prolonga-se, também, transversalmente a todas as fases do ciclo dos desastres/catástrofes. Efectivamente, e em termos de protecção civil, contribui, tanto para a prevenção como para a reabilitação, passando, quer pelo planeamento, quer pela emergência, na medida em que possibilita estimar e programar, quer os danos expectáveis pela ocorrência de uma situação de desastre como, à posterior, dimensionar as condições e capacidades tendentes à reabilitação/recuperação. É neste contexto que os dois autores atrás referidos salientam a importância de se promoverem políticas e acções tendentes ao desenvolvimento social das populações vulneráveis, como o factor decisivo da redução e minimização das suas respectivas fragilidades sociais.

Relativamente aos resultados deste trabalho, apresenta-se no Quadro n° 7 a distribuição da população pela condição perante o trabalho.

	Total de indivíduos		Chefe de família	
	n°	%	n°	%
Exerce profissão	341	39,0	140	45,9
Desempregados	48	5,5	17	5,6
Cumprir serviço militar	9	1,0	1	0,3
Total de activos	398	45,5	158	51,8
Estudantes	149	17,0	1	0,3
Domésticas	79	9,0	9	3,0
Reformados	201	23,0	127	41,6
Incapacitados	20	2,3	9	3,0
Outros	28	3,2	1	0,3
Total de não activos	477	54,5	147	48,2
Total	875	100	305	100

Quadro 7: Condição perante o trabalho

Uma vez mais aqui se manifestam algumas das principais tendências que caracterizam o bairro de Alfama. O predomínio ao nível dos indivíduos da população não activa, para a qual contribui de forma significativa o grupo dos reformados (23%) e dos estudantes (17%). Esta relação altera-se ao nível dos chefes de família onde o total de activos (51,8%) se sobrepõe ao de não activos (48,2%). De qualquer modo é importante referir que, mesmo nos activos o peso dos que exercem profissão de situa num caso nos 39% e no outro nos cerca de 45,9%. De notar ainda os 41,6% de reformados em relação aos chefes de família.

No Quadro n° 8 apresenta-se uma leitura da distribuição populacional relativamente à sua profissão principal, tanto em termos globais, como em relação ao chefe de família.

Em termos do perfil sócio-profissional predominam, como se constata, os trabalhadores da indústria e transportes (acompanha a tendência caracterizadora do bairro) e, de seguida, o grupo do pessoal de comércio e serviços. De notar o peso não completamente descurável das profissões científicas e técnicas. A definição de linhas de acção em protecção civil recolhe nesta informação um conjunto fundamental de referências como forma de, através da análise do perfil sócio-profissional, poder

dimensionar e perspectivar os seus respectivos projectos de intervenção e educação para as questões de segurança.

	Total de indivíduos		Chefe de família	
	n°	%	n°	%
Directores e quadros dirigentes	3	0,5	3	1,0
Profissões científicas e técnicas	40	6,9	15	5,2
Pessoal administrativo	63	10,9	26	8,9
Pessoal de comércio e serviços	118	20,4	46	15,8
Agricultores	3	0,5	3	1,0
Trabalhadores da indústria e transportes	351	60,7	198	68,1
Total	578	100	291	100

Quadro 8: Profissão

Na sequência expositiva que tem vindo a ser seguida, apresenta-se no Quadro n° 9, a categoria sócio-profissional como outra variável caracterizadora da vulnerabilidade sócio-estrutural.

Níveis	Categorias	n°	%	Σ%
5	População não-activa	165	54,1	54,1
4	Assalariados agrícolas e operários	82	26,9	81,0
3	Empregados executantes e agricultores	43	14,1	95,1
2	Trabalhadores independentes, técnicos e quadros intermédios	7	2,3	97,4
1	Quadros intelectuais e científicos, profissões liberais, directores e patrões	8	2,6	100
	Total	305	100	

Quadro 9: Categoria sócio-profissional

Constata-se, de imediato, com base nos pressupostos apresentados, a existência de uma vulnerabilidade social de cunho alto e médio-alto. Para além da própria importância que reside neste conhecimento, condicionando e inclusive determinando acções específicas em termos de formação e de preparação, ressalta como não descurável a possibilidade de se promover a participação e o empenho desta população nas medidas tendentes à redução e minimização das suas próprias vulnerabilidades.

Embora neste trabalho apenas se reflecta sobre a existência, cunho, de condições de ordem estrutural, o seccionamento desta variável em termos de actividades profissionais poderá e deverá ser um campo a explorar. De entre as múltiplas possibilidades equaciona-se o levantamento de saberes e competências profissionais, em ordem a

criar grupos de indivíduos habilitados ao desempenho de determinadas tarefas contributivas para a redução dos factores de risco, o desenvolvimento de acções de formação técnico-profissional em ordem a criar brigadas de apoio à recuperação, manutenção e organização local face aos riscos e vulnerabilidades detectadas. Para além da promoção da participação directa dos agentes sociais envolvidos, potenciam-se, também, seja em termos de voluntariado, seja de nível remunerado, a possibilidade de colmatar alguns dos elementos que concorrem para a existência dos próprios factores de risco.

Poder-se-á, portanto, referir que, no âmbito das condições objectivas da existência social, as características sócio-profissionais e económicas permitem, agregadamente, reflectir face aos mecanismos de preparação, resposta e reabilitação das populações alvo de desastres.

A introdução da variável constante no Quadro nº 10 não apresenta, face ao presente estudo, uma unanimidade relativamente à sua pertinência contributiva para o trabalho em questão.

Níveis	Tempo de residência	nº	%	Σ%
5	Reside < 5 anos	58	19,0	19,0
4	Reside > 5 < 10 anos	22	7,2	26,2
3	Reside > 10 < 15 anos	17	5,6	31,8
2	Reside > 15 < 20 anos	41	13,4	45,2
1	Reside > 20 anos	167	54,8	100
	Total	305	100	

Quadro 10: Tempo de residência na casa

Constituindo, portanto, uma variável em processo de teste, refira-se, no entanto, que se procurou com o seu tratamento direccionar a análise para um dos aspectos que grande enfoque possui nos estudos dos desastres, a saber, o grau de enraizamento e, portanto, de investimento cultural (simbólico e material) que as comunidades, grupos sociais e indivíduos mantêm com o seu habitat residencial. A forte identidade cultural existente no bairro que se retornará mais adiante é um dos factores decisivos de conhecimento e de suporte para a concepção e elaboração dos programas e acções a implementar no domínio da protecção civil.

Como é notório, com base nos pressupostos acima descritos, verifica-se que mais de metade da população reside no bairro há mais de 20 anos, indiciando uma vulnerabilidade reduzida e baixa.

Contudo, não são de descurar os cerca de 20% de residentes recentes (vulnerabilidade alta).

De seguida, e em termos da estrutura familiar da população inquirida, apresenta-se o Quadro nº 11, onde é referenciada a dimensão dos agregados.

	nº	%
Com uma ou duas pessoas	156	51,1
Com três ou quatro pessoas	111	36,4
Com cinco ou seis pessoas	31	10,2
Com mais de seis pessoas	7	2,3
Total	305	100

Quadro 11: Dimensão dos agregados

Verifica-se um predomínio claro das famílias com 1 ou 2 pessoas (51,1%), imediatamente seguido das 3 e 4 pessoas (36,4%). Os agregados de grande dimensão são meramente residuais.

Na lógica analítica do quadro relativo à dimensão, apresenta-se o Quadro nº 12 respeitante ao tipo de família. A organização familiar face aos desastres tem sido um tema amplamente estudado por vários investigadores. De tal forma que, mesmo do ponto de vista institucional, tem sido este tema abordado, quer do ponto de vista mais macro da organização das sociedades, quer do ponto de vista da emergência através da capacidade de os indivíduos organizarem as condições de resposta mediante o recurso a essas mesmas estruturas familiares. De ressaltar que aqui não são tidas em conta as relações familiares mais alargadas entre os habitantes do bairro e elementos que da mesma família residam noutros locais. Esta é inclusive uma área de trabalho a explorar que se considera de importância especial no contexto desta problemática. Efectivamente, é de referir a título de exemplo, que, relativamente às experiências vividas nas situações de ocorrências/desastres na cidade de Lisboa, se constata que, globalmente, as famílias que possuem laços familiares obtêm mais rápida e facilmente apoios do que aquelas que não os detêm. Nestes últimos casos toma-se frequentemente necessário accionar encaminhamentos institucionais de resposta como forma de ultrapassar as fragilidades sentidas por esses agregados.

Contudo, e no âmbito mais restrito deste projecto privilegiou-se apenas a caracterização do tipo de família, acentuando, em termos de vulnerabilidade o caso dos isolados e das famílias sem núcleos com mais de 1 pessoa. O pressuposto analítico assentou

na consideração de a inexistência de laços familiares potenciar as dificuldades, tanto em termos de preparação, como ao nível das respostas de emergência. Através desta evidência, torna-se possível estruturar acções que possam vir a colmatar esse déficite, nomeadamente com procedimentos, normas e apoios a prestar aos indivíduos e agregados nessas circunstâncias.

É de referir que mais de 50% da população apresenta uma vulnerabilidade baixa e reduzida. Mas, e em termos de medidas relativas à implementação de acções e programas que se têm vindo a salientar, refiram-se os cerca de 24% de isolados e famílias sem núcleos com mais de 1 pessoa.

Níveis	Tipo de família	nº	%	Σ%
5	Isolados Famílias sem núcleos com mais 1 pessoa	72	23,6	23,6
4	Famílias com 1 núcleo e outras pessoas Famílias com 2 núcleos	57	18,7	42,3
3	Pai ou mãe com filhos solteiros	19	6,2	48,5
2	Casal com filhos solteiros	75	24,6	73,1
1	Casal sem filhos	82	26,9	100
Total		305	100	

Quadro 12: Tipo de família

Uma vez mais como ilustração exemplificativa, refira-se o caso dos isolados como um dos grupos que maior vulnerabilidade apresenta. De facto, e novamente com base nos registos dos desastres em Lisboa, verifica-se que os indivíduos que constituem este tipo familiar necessitam, geralmente, de mais apoios institucionais do que as outras categorias familiares. Não se pretendendo nem devendo cair em generalizações fáceis, diga-se no entanto que, mesmo do ponto de vista da emergência, não raras vezes são dos mais afectados por não poderem contar com apoios que, em circunstâncias semelhantes, agregados com mais de 1 pessoa possuem. Se, a esta situação se juntar o facto da elevada percentagem de isolados serem idosos, o problema tende a agravar-se duplamente. Esta é aliás uma circunstância bem elucidativa do ponto de vista sociológico dos efeitos produzidos pelas sociedades modernas, onde o isolamento dos indivíduos tende a constituir-se como uma vulnerabilidade acrescida aumentando inerentemente os próprios factores de risco.

Níveis	Grupos críticos	nº	%	Σ%
5	Deficientes motores e visuais	65	21,3	21,3
4	Doentes crónicos	27	8,9	30,2
3	Idosos e crianças	15	4,9	35,1
2	GRávidas	-	-	35,1
1	Não tem elementos críticos	198	64,9	100
Total		305	100	

Quadro 13: Grupos críticos

Embora detendo um carácter dinâmico que, portanto, não poderá nem deverá ser assumido de forma estática, a consideração neste modelo dos grupos críticos tem um valor representativo em relação aos factores e às medidas a contemplar na organização e preparação das populações face às emergências. Não só permite localizar situações de maior dificuldade como também possibilita estruturar preventivamente procedimentos tendentes à sua gestão. Neste enquadramento, e durante a fase de emergência, assume uma importância vital esse conhecimento prévio, pois garante uma adequação das respostas de socorro em ordem aos problemas existentes, podendo dimensionar os recursos, quer humanos, quer materiais para lhes fazer frente.

De notar na população inquirida o facto de haver cerca de 22% com vulnerabilidade alta, para a qual contribuem os indivíduos deficientes motores e visuais e, cumulativamente, mais de 50% com vulnerabilidade média alta e alta. Também, apesar do seu carácter discutível se considerou, uma vez mais, o conjunto dos idosos e das crianças como grupo crítico. Embora extravazem os princípios enunciados em termos de grupo crítico são, contudo, em termos de emergência uma classe a privilegiar e, portanto, a necessidade de procedimentos específicos no seu tratamento.

Níveis	Vulnerabilidade	nº	%	Σ%
5	Vulnerabilidade alta	14	4,6	4,6
4	Vulnerabilidade média-alta	83	27,2	31,8
3	Vulnerabilidade média	151	49,5	81,3
2	Vulnerabilidade médio-baixa	51	16,7	98,0
1	Vulnerabilidade reduzida	6	2,0	100
Total		305	100	

Quadro 14: Vulnerabilidade sócio-estrutural

⁸ Neil R. Britton e John Lindsay, 1995, "Demonstrating the Need to Integrate City Planning and Emergency Preparedness: Two Case Studies", *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, Vol. 13, nº 2, August 1995, Research Committee on Disasters, International Sociological Association, University of North Texas, Denton, USA

Como resultado sectorial, apresentam-se os valores referentes à caracterização da vulnerabilidade sócio-estrutural, com base na correlação das variáveis tratadas neste contexto e que atrás foram referenciadas.

Verifica-se uma vulnerabilidade média com representatividade em cerca de 50% do total da população. É no entanto de salientar que cerca de 32% se situa na vulnerabilidade média-alta (27,2%) e alta (4,6%).

Não se querendo repetir as considerações analíticas que têm vindo a ser desenvolvidas é de realçar, contudo, a importância deste diagnóstico no tratamento alargado e integrado das medidas e ações técnico-políticas relativas ao tratamento destes factores de vulnerabilidade. Para além dos programas de informação, sensibilização e formação das populações, fundamentais neste contexto, é de salientar, no entanto, a importância de se contemplarem políticas de ordem estrutural como forma de reduzir e minimizar as vulnerabilidades detectadas. Os custos relativos a essas políticas e ações de cunho preventivo, embora de dimensão elevada, terão, conforme tem sido amplamente divulgado por todos os relatórios, analíticos e empíricos, publicados internacionalmente, um menor efeito social e político do que os que resultarão da intervenção pós-desastre.



Foto 4 - Prédios em diferentes graus de conservação. Fotografia de Manuel João Ribeiro

4. Vulnerabilidade sócio-urbanística

Na linha da exposição que tem vindo a ser seguida, apresentar-se-ão neste capítulo as variáveis relativas à formulação do cálculo da vulnerabilidade sócio-urbanística da área em processo de análise.

A consideração da componente sócio-urbanística neste modelo resulta da importância em se

contextualizar a organização e a apropriação do espaço por parte das comunidades, grupos sociais e indivíduos. Tem-se em conta, nesta asserção que, se por um lado, o espaço condiciona o habitat e as relações sociais em presença, por outro lado, é o próprio espaço em si uma resultante e também ele estruturado pelos processos de produção/reprodução que reflectem as relações sociais aí existentes.

Não raras vezes são referenciados os modelos de desenvolvimento urbano, discutindo-se a sua existência ou ausência ou ainda as opções que lhe estão subjacentes, como uma vertente decisiva do aumento ou diminuição dos factores de risco. Mantendo sempre presente esta constatação, refira-se, no entanto, que se privilegiará neste ponto do trabalho, uma operacionalização das variáveis com base na escolha de determinados indicadores considerados pela sua pertinência explicativa face aos objectivos traçados.

Para um tratamento relativamente às implicações no planeamento de emergência das questões decorrentes das políticas e opções urbanísticas sugere-se a consulta do artigo de Neil R. Britton and John Lindsay⁸ sobre essa matéria. De acordo com os autores, o planeamento de emergência é ele próprio planeamento urbanístico. Na identificação dos riscos e vulnerabilidades se, por um lado, as estruturas sociais se deverão habilitar a fazer frente à sua eventual transformação em desastre, por outro lado, é essencial que se actue em termos preventivos no sentido da sua mitigação ou minimização. É nesta lógica que os autores referem a importância da consideração das ameaças existentes no âmbito do planeamento urbano. A identificação de zonas de risco sísmico, de inundações, ou de outro tipo de fenómeno terá que, necessariamente, ser levada em linha de consideração no domínio das políticas e dos projectos urbanos, contribuindo, assim, desde logo, para a redução substancial dos factores de risco.

Focando agora a atenção para as variáveis escolhidas no âmbito deste estudo, apresenta-se a que se refere à densidade ocupacional do bairro de Alfama.

Apesar de ser a situação de ocupação normal aquela que recolhe maior peso absoluto e relativo, convirá, no entanto, registar que 35,1% se localiza em situação de vulnerabilidade alta e média-alta.

Níveis	Densidade de ocupação	nº	%	Σ%
5	Sobreocupado	51	16,7	16,7
4	Ocupação elevada	56	18,4	35,1
3	Ocupação normal	169	55,4	90,5
2	Ocupação baixa	25	8,2	98,7
1	Subocupado	4	1,3	100
	Total	305	100	

Quadro 15: Densidade de ocupação de fogos

Mesmo no que se refere à ocupação normal é conveniente salientar como nota prévia que, neste trabalho, se considerou o número de divisões, independentemente da sua dimensão. O conhecimento da realidade deste bairro permite, no entanto, referir que as tipologias existentes não cumprem, em percentagens significativas, os mínimos regulamentares exigidos pela legislação em vigor.

Embora não se possa apresentar uma correlação directa entre a densidade de ocupação dos fogos com os registos de acidentes, no entanto, esta é uma circunstância fulcral em termos de processos de realojamento pós-desastre. Por outro lado, as situações de sobreocupação e de ocupação elevada são frequentemente iniciadoras de déficits sócio-económicos que contribuem para o aumento das inerentes vulnerabilidades sociais.

Neste contexto, e conforme foi inicialmente referido, as intervenções que se têm vindo a processar no âmbito do programa de reabilitação urbana em curso no bairro, deverão ter em consideração este vector, contribuindo, dentro dos parâmetros possíveis e adequados a esta realidade para a resolução desta questão. Surge, de imediato aqui a inerente colaboração e conjugação dos mecanismos relativos ao planeamento, quer urbano, quer de emergência.

Níveis	Modos	nº	%	Σ%
5	Trabalha noutros concelhos	7	2,3	2,3
4	Trabalha na AML (excepto concelho de Lisboa)	26	8,5	10,8
3	Trabalha no concelho de Lisboa	182	59,7	70,5
2	Trabalha na Colina do Castelo	15	4,9	75,4
1	Trabalha/está no bairro	75	24,6	100
	Total	305	100	

Quadro 16: Ritmos e modos de utilização

A apresentação da variável relativa aos ritmos e modos de utilização encontra o seu suporte no local de trabalho/estudo dos habitantes de Alfama. Embora de forma ainda iminentemente empírica, ressalta daqui a importância de contemplar, entre outros, os factores relativos às movimentações diárias estabelecidas pelos indivíduos, nomeadamente os que poderão ter implicações na organização das comunidades, grupos sociais e indivíduos face aos processos de emergência. Por outro lado, poderá vir a permitir estruturar medidas e acções, nomeadamente no âmbito da gestão de emergência, adequadas e adaptadas em função dos locais e distâncias existentes entre o bairro (neste caso o objecto deste estudo) e os locais de trabalho/estudo. Esta circunstância é, aliás, amplamente referida em vários relatórios analisados sobre processos de gestão de emergência, salientando-se, nomeadamente, as decisões e opções técnico-políticas de realojamento que possam desenraizar as populações do seu contexto espacial.

De notar, como aliás seria de esperar, o peso que Lisboa detém como local de trabalho/estudo. Apenas de salientar a importância relativamente significativa dos que declaram trabalhar/estudar no próprio bairro. Esta circunstância apresenta um potencial duplo efeito. Em primeiro lugar, e pelo facto de se localizarem numa área crítica poderá conduzir ao eventual aumento do número de danos (mortos e feridos), devendo para tal ser equacionado em termos de actuação de emergência. Em segundo lugar, e ainda dentro dos pressupostos da gestão de emergência, porque podem constituir factor de apoio em termos de recursos humanos para apoiar as acções de socorro e salvamento. Nesta situação particular é de salientar a recente constituição das Brigadas de Apoio Local de Alfama que, constituídas por residentes na área, se encontram aptas a prestar a primeira intervenção de emergência face ao risco de incêndio, mas podem também ser direccionadas para acções face ao risco sísmico.

Reflector das características histórico-urbanísticas, a malha e tecido urbano em apreço no bairro de Alfama, pela sua estrutura, dimensão e configuração marcadamente medieval é usualmente referenciada como um dos factores que maior problema acarreta em termos de emergência. Tal facto é comprovado pela dificuldade, ou até impossibilidade, de aí circularem viaturas de emergência. Assim, e no contexto vertente do modelo em construção, optou-se por considerar de uma forma genérica o bairro como possuidor de uma alta vulnerabilidade.

Contudo, e noutras situações urbanas, este parâmetro poderá ser analisado em função da largura de via, estacionamentos usualmente verificados e sentidos de tráfego existentes. Apenas a título de exemplo são de referir as medidas recentemente implementadas em Alfama com a localização estratégica de equipamentos de combate a incêndios, podendo ser activadas num primeiro momento pelas populações locais e de seguida constituírem-se como apoio às estruturas operacionais de intervenção (bombeiros).

Do mesmo modo se poderá relacionar a variável apresentada no quadro n.º 18 - Rácio habitacional/não habitacional. Correspondendo à relação existente em termos da ocupação do edificado pelas diversas funções, apresenta-se neste trabalho os resultados alcançados por estudo elaborado no âmbito do Plano Director Municipal da cidade de Lisboa⁹.

Nesse estudo é caracterizada a distribuição do emprego na cidade de Lisboa, apresentando rácios em termos da relação entre ocupação residencial e de emprego.

Níveis	Acessibilidades	nº	%	Σ%
5	Acessibilidade baixa	305	100	100
4	Acessibilidade média-baixa	-	-	-
3	Acessibilidade média	-	-	-
2	Acessibilidade médio-alta	-	-	-
1	Acessibilidade alta	-	-	100
Total		305	100	

Quadro 17: Malha e tecido urbano (acessibilidades)

Na medida em que não se privilegiou o levantamento directo e individual dos edifícios ao nível da sua ocupação funcional, optou-se por atribuir os valores considerados nesse estudo para as freguesias que compõem o presente trabalho - Santo Estêvão e São Miguel.

Embora não seja aqui aprofundada esta temática, esta variável apresenta uma importância significativa, nomeadamente ao nível dos custos económicos que os desastres representam com a paragem das actividades económicas, seja em termos de produção, seja em termos de emprego (não raras vezes repercutem-se no próprio aumento das taxas de desemprego).

Níveis	Ocupação	nº	%	Σ%
5	Ocupação < 20% habitacional	-	-	-
4	Ocupação > 20% < 40% habitacional	-	-	-
3	Ocupação > 40% < 60% habitacional	142	46,6	46,6
2	Ocupação > 60% < 80% habitacional	163	53,4	100
1	Ocupação > 80% habitacional	-	-	100
Total		305	100	

Quadro 18: Rácio habitacional/não habitacional

Apesar de ambas as freguesias apresentarem maioritariamente o predomínio da função habitacional face à dos serviços/indústria, contudo essa relação é mais acentuada, em termos de peso residencial, na freguesia de Santo Estêvão.

A variável seguinte apresenta uma dupla função em termos analíticos relativamente aos objectivos desta investigação.

Por um lado, coloca como tónica o tipo de equipamento doméstico possuído, com relevância para a cozinha e casa de banho, permitindo medir o grau de habitabilidade e conforto existente e, daqui decorrente, o tipo de relação e enraizamento existente face à casa.

Nas características do bairro em termos habitacionais¹⁰ ainda é notória a ausência de alguns dos equipamentos de maior necessidade que, embora tenham vindo nos últimos anos a merecer um acentuado investimento nas acções de reabilitação urbana, ainda não contemplam a generalidade das habitações. Esta situação conduz, de imediato, para uma outra, a saber, o tipo de equipamentos existentes cujo grau de perigosidade poderá fazer aumentar os riscos e vulnerabilidades existentes. Sabendo que, décadas atrás, o gás canalizado terá sido cortado em termos e fornecimento pelo envelhecimento do parque edificado e respectivas canalizações Alfama, e respectivamente os seus habitantes, reforçaram o consumo de gás butano. Esta circunstância, aliada à fraca informação e formação existente, como se observará no ponto seguinte, traduz-se em risco acrescido para o bairro. É com base nestes pressupostos que se definiu a variável presente no quadro n.º 19 relativa aos equipamentos domésticos.

⁹ Câmara Municipal de Lisboa, 1994, "Estudo de Caracterização e Distribuição Espacial do Emprego na Cidade de Lisboa", elaborado por equipa do CIDEC-Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, Plano Director Municipal, Junho de 1994.

Níveis	Equipamentos domésticos	nº	%	Σ%
5	Não tem WC, cozinha, telefone e mais 2 botijas de gás	72	23,6	23,6
4	Não tem 2 dos equipamentos e os restantes incompletos	56	18,4	42,0
3	Tem WC e cozinha incompleta, 1 ou 2 botijas de gás	56	18,4	60,4
2	Tem só 3 equipamentos completos	105	34,4	94,8
1	Tem WC e cozinha completa, telefone e gás da companhia	16	5,2	100
	Total	305	100	

Quadro 19: Equipamentos domésticos

Como nota metodológica, refira-se que se considerou em termos de relação inversamente proporcional, o aumento da vulnerabilidade pela diminuição dos equipamentos declarados.

Face aos resultados alcançados, constata-se que, somente 5,2% dos inquiridos declara possuir a situação completa. Contrariamente, verifica-se que 42% está acima da média, sito é, apresenta vulnerabilidade média alta e alta.

Na última variável considerada em termos da componente sócio-urbanística, apresenta-se no quadro nº 20 o regime jurídico de alojamento. Esta variável surge na relação directa em que, com base em consultas efectuada noutros estudos e relatórios produzidos no âmbito da literatura das ciências sociais sobre os desastres, a relação em termos de propriedade surge como um factor de importância não descurável. Assim, partiu-se do pressuposto que os proprietários estarão mais sensibilizados face ao risco, promovendo, dessa forma um maior investimento, seja por medidas activas (obras de manutenção), seja por acções passivas (extintor e seguros). Como é óbvio esta circunstância não deverá conduzir a generalizações fáceis, até porque, conforme se viu noutro ponto do trabalho, as capacidades económicas não são de índole a grandes esforços financeiros por parte desta população. Será, no entanto, com base nestas e em outras constatações que se poderão promover linhas de financiamento no sentido de suportar, nomeadamente a fundo perdido, algumas das acções de recuperação dos imóveis.

Níveis	Regime jurídico	nº	%	Σ%
5	Ocupante, hóspede ou sub-aluguer	11	3,6	3,6
4	<i>(não considerado)</i>			
3	Inquilino	253	83,0	86,6
2	<i>(não considerado)</i>			
1	Proprietário	41	13,4	100
	Total	305	100	

Quadro 20: Regime jurídico do alojamento

Conforme se constata no quadro nº 20, o bairro caracteriza-se pela existência de grande percentagem de alojamentos arrendados. Uma análise mais fina poderia, eventualmente, conduzir à necessidade do cruzamento desta informação com o que se localiza no âmbito do estado de conservação/degradação do parque edificado, aumentando ou diminuindo as vulnerabilidades também em função desse parâmetro analítico.

Como resultado do tratamento deste conjunto de variáveis de incidência sócio-urbanística, surgem, no quadro nº 21, os resultados agregados em termos da sua respectiva vulnerabilidade.

Conforme se pode observar, verifica-se um claro predomínio da vulnerabilidade média, com mais de 66% dos valores. Não pode, contudo, ser desprezado os cerca de 30% de vulnerabilidade média-alta, deixando clara a necessidade de se promover acções tendentes à sua redução e minimização.

Níveis	Vulnerabilidade	nº	%	Σ%
5	Vulnerabilidade alta	-	-	-
4	Vulnerabilidade média-alta	90	29,5	29,5
3	Vulnerabilidade média	202	66,2	95,7
2	Vulnerabilidade médio-baixa	13	4,3	100
1	Vulnerabilidade reduzida	-	-	100
	Total	305	100	

Quadro 21: Vulnerabilidade sócio-urbanística

Se, por um lado, uma das variáveis mais contributivas para esse registo será a certeza da malha e tecido urbano (acessibilidades), cuja modificação não é possível nem sequer desejável (aqui por outros motivos), por outro lado, é necessário entrar em

¹⁰ Manuel João Ribeiro, António Fimínio da Costa, Maria das Dores Guerreiro e Isabel Valente, 1991, op. cit.

consideração com os outros indicadores e, através de processos de reflexão alargada entre vários interlocutores, analisar as capacidades e possibilidades de reduzir o contributo desses parâmetros para as vulnerabilidades detectadas e, assim, minimizar o seu impacto, aumentando consequentemente os níveis de segurança.

5. Vulnerabilidade sócio-cultural

No enquadramento proposto para o presente trabalho, discutir-se-ão neste capítulo as variáveis constitutivas da componente sócio-cultural. Como se procurará demonstrar, esta é uma das vertentes que apresentam um forte cunho operacional face aos diagnósticos a estabelecer para a análise das vulnerabilidades sociais.

Efectivamente, sustentada em torno das representações e práticas sociais, permite conhecer e reflectir analiticamente em relação, quer aos mecanismos que estão subjacentes ao seu entendimento, quer, concomitantemente, na definição e na projecção das opções e programas relacionados com a capacitação das populações em ordem à redução das fragilidades detectadas.

Revela-se, assim, de uma múltipla importância o estudo das características sócio-culturais. Em primeiro lugar, porque possibilita diagnosticar as relações sociais, em redor das quais se estruturam as atitudes e os comportamentos socialmente assumidos pelas populações para lidar com as próprias estratégias por elas definidas. No caso vertente, em relação aos factores de risco e de perigo, bem como com as inerentes vulnerabilidades que os suportam. Em segundo lugar, na medida em que permite traduzir as representações e práticas sociais, não raramente imbuídas de cunho ideológico, em conhecimento sociológico apto a fornecer pistas e respostas fundamentais para a tomada de opções técnico-políticas. Por último, e em terceiro lugar, potencia a adequação dos instrumentos a desenvolver, no âmbito dessas mesmas opções técnico-políticas, orientando-as para as idiosincrasias próprias das comunidades, grupos sociais e indivíduos. No caso vertente de Alfara esta é, aliás, uma condicionante fundamental pelas características identitárias que esta população apresenta no contexto do sistema urbano em que se insere.

A variável exposta no quadro nº 22 reflecte já uma tradução composta face aos indicadores considerados na sua análise. Optou-se por questionar

a existência ou ausência de determinadas condições, consideradas no âmbito da segurança como instrumentos essenciais de práticas preventivas.

Níveis	Práticas	nº	%	Σ%
5	Ausência completa e total de práticas preventivas	57	18,7	18,7
4	Ausência de práticas de prevenção	123	40,3	59,0
3	Práticas indiferenciadas de prevenção	83	27,2	86,2
2	Práticas preventivas médias	33	10,8	97,0
1	Práticas preventivas pró-activas e estruturadas	9	3,0	100
Total		305	100	

Quadro 22: Práticas preventivas face aos riscos

A título de exemplo refira-se a posse de extintores em casa, a celebração de contratos de seguro de habitação, a definição de medidas cautelares para resposta de emergência, etc. Conforme se pode observar pela leitura dos resultados alcançados predominam claramente níveis de alta e média-alta vulnerabilidade por parte da população inquirida. Será, contudo, de ressaltar que, para uma correcta interpretação analítica se terá que relacionar integralmente esta informação com os outros conjuntos de variáveis, nomeadamente ao de índole sócio-estrutural. De acordo com Fernando P. Carrasco¹¹, determinadas comunidades, grupos sociais e indivíduos experimentam no seu próprio quotidiano condições já elas próprias idênticas às de situação de desastre. Assim, não será de estranhar que, de entre as opções assumidas, elas sejam orientadas para colmatar algumas das dificuldades vividas no seu dia a dia e não para estruturar ações preventivas face a acontecimentos que não se sabe quando acontecerão.

O quadro seguinte reflecte de forma inequívoca o estado em que se encontra a população inquirida face ao conhecimento estruturado das medidas elementares de segurança.

Duas ilações são passíveis de subtrair com base nestes resultados. A primeira demonstra, desde logo, as fragilidades em presença relativamente à potencial organização, reacção e resposta por parte destes grupos sociais e indivíduos face a situações de emergência. De notar os quase 93% de média-alta e alta vulnerabilidade. A segunda é demonstrativa do caminho que terá de ser percorrido em ordem a colmatar estas deficiências.

¹¹ Fernando P. Carrasco, 1992, op.cit.

Aqui, toma-se necessário salientar a falta de investimento que, de uma forma globalmente conhecida, mas não justificável, tem sido prosseguida por parte das instituições responsáveis relativamente às políticas formativas e informativas de segurança¹².

Considera-se, portanto, que sob o ponto de vista da segurança em protecção civil, esta deverá ser uma das apostas fortes procurando, através de acções concertadas e participadas, definir âmbitos, matérias e conteúdos especificamente direccionados para os objectivos propostos mas sempre adequados sob o ponto de vista sócio-cultural aos respectivos destinatários.

Segundo alguns estudos e relatórios publicados sobre o grau de consciencialização das populações face aos riscos e desastres¹³, é comumente referido que a percepção dos perigos está de certa forma ligada com a experiência vivida, real ou virtualmente, em relação aos desastres. Quanto mais recentes tenham sido esses fenómenos sociais não rotineiros, maior é o estado de preparação e alerta existente. Essa atitude e comportamento preventivo, não se verificando registos de novas ocorrências, vai, contudo, desvanecendo-se à medida que o tempo passa, diminuindo a preparação face aos desastres.

Níveis	Categoria	nº	%	Σ%
5	Não tem conhecimento; não frequentou cursos; não recebeu folhetos	231	75,8	75,8
4	Não tem conhecimento; não frequentou cursos; recebeu folhetos	51	16,7	92,5
3	Tem conhecimento; não frequentou cursos; recebeu folhetos	-	-	92,5
2	Tem conhecimento; frequentou cursos; não recebeu folhetos	19	6,2	98,7
1	Tem conhecimento; frequentou cursos; recebeu folhetos	4	1,3	100
	Total	305	100	

Quadro 23: Acções e cursos de formação em segurança

Procurou-se, assim, na questão relativa às representações face aos riscos entender qual o tipo de consciencialização existente na população inquirida.

Níveis		nº	%	Σ%
5	Ausência de consciência face aos riscos	12	3,9	3,9
4	Fraca consciencialização face aos riscos	52	17,1	21,0
3	Consciencialização e opinião baseada na indiferença	129	42,3	63,3
2	Alguma consciencialização face aos riscos	84	27,5	90,8
1	Opinião e consciencialização forte face aos riscos	28	9,2	100
	Total	305	100	

Quadro 24: Representações face aos riscos

Utilizou-se para tal o recurso a um conjunto de questões que remetem para a percepção e o conhecimento de acidentes ou catástrofes existentes, quer no bairro, quer em Lisboa. Conforme se pode interpretar pelos resultados apresentados, verifica-se uma situação de relativa pouca consciencialização face aos riscos e perigos. Cerca de 64% do total situa-se acima da média em termos da vulnerabilidade atribuída.

Esta circunstância apresenta maior nível de preocupação se se isolar, de entre os tipos de perigos e ameaças existentes, o risco sísmico. De acordo com os dados recolhidos, apenas cerca de 15% do total inquirido apresenta graus de consciencialização face ao fenómeno sísmico. Toma-se por demais evidente que o tipo e grau de preparação será, concerteza, bastante reduzido. Assim, indicia-se uma vulnerabilidade elevada face a este parâmetro.

É conhecido o facto de Alfama ter sido uma zona que sofreu de forma significativa os efeitos do célebre Terramoto de 1755. De entre os registos sísmicos existentes somente em 1969 outro abalo forte terá sido sentido na região de Lisboa que, contudo, não provocou danos avultados. Esses dois sismos, referenciados por alguns dos inquiridos são, no entanto, encarados como processos já distanciados temporalmente. Convirá, entretanto, referir que a temática ligada aos sismos ainda continua, no âmbito das representações sociais mais comuns, a ser encarada de forma mitificada, isto é, atribuída a causas naturais e, de forma mais incisiva, a processos sobrenaturais. Neste contexto, a própria organização e preparação é também deixada ao designado livre arbítrio de entidades metafísicas, como forças estruturadoras da vida social. Para esta situação, embora seja necessário não entrar em processos de generalização fácil, muito contribuem alguns meios de comunicação social aquando das suas apresentações sobre este fenómeno natural.

¹² Posteriormente à recolha dos dados foi dinamizada no bairro uma acção, por parte do Serviço Municipal de Protecção Civil de Lisboa que, contando com a participação de agentes e instituições locais, conduziu à criação de Brigadas de Apoio Local e, inerentemente, iniciou o reforço das medidas de curso formativo e informativo.

¹³ Benigno E. Aguirre, 1994 (?), "Educación y Planeación Contra Desastres", Desastres: Modelo Para Amar. 'Colección de Piezas de un Rompecabezas Social', ed. Elizabeth Mansilla, La Red, México, 1994.

Níveis		nº	%	Σ%
5	Ausência de consciência face ao risco e perigo sísmico	194	63,6	63,6
4	Fraca consciencialização face ao risco e perigo sísmico	7	2,3	65,9
3	Consciência indiferenciada face ao risco e perigo sísmico	61	20,0	85,9
2	Relativa consciencialização face ao risco e perigo sísmico	31	10,2	96,1
1	Consciencialização forte do risco e perigo sísmico	12	3,9	100
	Total	305	100	

Quadro 25: Representações face ao risco sísmico

Consubstanciando algumas das características que, normalmente, lhe são atribuídas, sobretudo em termos de representações externas sobre o bairro, questionou-se neste trabalho o tipo de enraizamento verificado em Alfama. Conforme se pode constatar pelos resultados alcançados e apresentados no quadro nº 26, predomina uma forte ligação por parte da população inquirida ao bairro, verificando-se assim fortes sentimentos de pertença ao mesmo. Esta ligação encontra maioritariamente representatividade nos grupos etários mais velhos e com maior tempo de residência na área.

Esta situação não poderá a pretexto algum ser descurada nas acções a estabelecer no âmbito dos programas de informação e formação. Efectivamente, encontram-se aqui alguns dos principais suportes, em termos sócio-culturais, que contribuem decisivamente para o reforço identitário deste bairro e, inerentemente, que podem potenciar positivamente os objectivos a atingir, reforçando deste modo, através do aproveitamento deste sentimento de pertença e ligação, uma cultura de segurança necessária para a redução dos factores de vulnerabilidade-risco em Alfama.

Embora constituindo uma repetição da variável que foi apresentada no âmbito da vulnerabilidade sócio-estrutural, novamente aqui se introduzem os níveis de escolaridade como um componente sócio-cultural.

Como foi amplamente referido, este estudo pretende reflectir em redor de um conjunto de considerações tendentes a suportar a elaboração de um modelo analítico das vulnerabilidades sociais dos desastres. Em termos especificamente sócio-culturais toma-se essencial proceder ao cruzamento e correlação entre um conjunto de variáveis mais ligadas ao domínio da percepção dos riscos, onde são analisadas as opiniões e representações sociais existentes, com outras de dimensão mais estruturante, reflectoras do nível educacional em termos escolares, que permitem articuladamente inferir do tipo de características sociais e culturais da população em presença.

Níveis		nº	%	Σ%
5	Ausência de ligação e de sentimento de pertença	-	-	-
4	Fraca ligação ao bairro e fraco sentimento de pertença	10	3,3	3,3
3	Fraca ligação ao bairro	57	18,7	22,0
2	Ligação ao bairro e sentimento de pertença	149	48,8	70,8
1	Forte ligação ao bairro e forte sentimento de pertença	89	29,2	100
	Total	305	100	

Quadro 26: Mecanismos de comunicação

Níveis	Escolaridade	nº	%	Σ%
5	Sem escolaridade formal	76	24,9	24,9
4	Básico (1º e 2º ciclos)	192	63,0	87,9
3	Secundário	21	6,9	94,8
2	Complementar/profissional	12	3,9	98,7
1	Ensino Superior	4	1,3	100
	Total	305	100	

Quadro 27: Nível de escolaridade

Conforme foi anteriormente referido, constata-se uma sobre-representação do nível de ensino básico relativamente aos restantes. Reforça-se, assim e novamente a recomendação de que, no âmbito dos programas e acções a promover para este bairro se tenham em linha de conta este tipo de características, como forma de se conseguir adequar as temáticas e matérias aos respectivos interlocutores, definindo previamente a sua estruturação e organização mediante um processo alargado e participado por todos os intervenientes.

Após a apresentação das respectivas variáveis, surge no quadro nº 28 a variável aglutinadora da vulnerabilidade sócio-cultural.

De acordo com os dados alcançados predomina a vulnerabilidade média-alta. Para tal, e consoante se procurou demonstrar na exposição deste capítulo é, sobretudo, ao nível dos conhecimentos estruturados de informação/formação e das representações em presença que este nível encontra a sua justificação. Assim, reforça-se a indicação já formulada da necessidade de apostar em programas formativos, nomeadamente nos de cunho ligados à segurança, procurando, de acordo também com o que foi salientado, aproveitar e integrar as disponibilidades manifestadas em termos de enraizamento e pertença ao bairro.

Níveis	Vulnerabilidade	nº	%	Σ%
5	Vulnerabilidade alta	-	-	-
4	Vulnerabilidade médio-alta	187	61,3	61,3
3	Vulnerabilidade média	107	35,1	96,4
2	Vulnerabilidade médio-baixa	11	3,6	100
1	Vulnerabilidade reduzida	-	-	100
Total		305	100	

Quadro 28: Vulnerabilidade sócio-cultural

6. Nota conclusiva

O resultado final que seguidamente se apresentará no âmbito deste estudo tem, contudo, um carácter provisório no domínio do modelo de análise que aqui foi proposto.

Em termos gerais refira-se que se trata de uma reflexão analítica tendente a testar a pertinência científica explicativa para este tipo de abordagens. De qualquer forma, novos e diferentes projectos deverão ser equacionados e estabelecidos em ordem a procurar confirmar, ou não, o tipo de modelo aqui desenvolvido.

Como índice conclusivo, apresenta-se o quadro nº 29, enquanto tabela agregadora das variáveis atrás referenciadas.

Conforme seria eventualmente expectável, está-se em presença de uma realidade social caracterizada por vulnerabilidades sociais localizadas acima da média. Os dados referem 45,3% da população como se situando em vulnerabilidade média-alta e 52,8 registando uma situação média.

Estes elementos, pese embora a chamada de atenção feita do seu cunho provisório em termos de modelo, que se deverá continuar a testar e confirmar, permitem, no entanto, ilações deveras importantes face aos objectivos da segurança em protecção civil.

Assim, e em termos preventivos, imediatamente se consubstancia a necessidade de uma aposta forte em acções tendentes a aumentar as dimensões do conhecimento estruturado da população para fazer face aos desastres. Ainda neste domínio, também a aposta deverá ser implementada ao nível do contributo direccionado para a redução das vulnerabilidades detectadas, nomeadamente através da intervenção requalificadora, em termos sócio-económicos e habitacionais, melhorando assim as capacidades de reacção e resposta a eventuais acidentes. O aproveitamento de saberes profissionais existentes e actualmente não exercidos (por reforma ou

desemprego), poderiam constituir-se em mais valias importantes nos processos de recuperação e reabilitação física do edificado ou na dinamização de actividades de cunho artesanal aproveitando o amplo mercado de turistas que visita esta zona. Deste modo, contribuir-se-ia também para a redução das vulnerabilidades existentes em termos económicos, com inerente investimento em acções de capacitação da população minimizando as vulnerabilidades respectivas. Por outro lado, e na continuidade do processo reabilitador actualmente em curso, promover-se-iam, com base nas situações de risco e vulnerabilidades existentes, um planeamento e uma gestão urbanística concertados com a minimização dos factores que poderão ser contributivos para o aumento das consequências e danos por efeito de um desastre. Neste contexto, a intervenção ao nível do estado de conservação do edificado assume uma importância decisiva e incontornável.

Níveis	Vulnerabilidade	nº	%	Σ%
5	Vulnerabilidade alta	1	0,3	0,3
4	Vulnerabilidade médio-alta	138	45,3	45,6
3	Vulnerabilidade média	161	52,8	98,4
2	Vulnerabilidade médio-baixa	5	1,6	100
1	Vulnerabilidade reduzida	-	-	100
Total		305	100	

Quadro 29: Vulnerabilidade social dos desastres

Em termos da fase de preparação, na qual já se incluem as recentemente formadas Brigadas de Apoio Local, poder-se-iam reforçar os mecanismos de interacção existentes, dinamizando a criação de grupos de voluntariado em outras áreas, nomeadamente, no apoio aos idosos e grupos críticos, potenciando assim um aumento da capacidade de resposta em situação de emergência, com inevitável diminuição dos danos humanos e materiais. Por outro lado, e dadas as características e vulnerabilidades sócio-urbanísticas apresentadas, também a organização de uma estrutura operacional expedita de emergência poderia ser dinamizada, apostando, entre outras áreas, em cursos ou acções de primeiros socorros, informação sobre resgate e apoio às vítimas, gestão de instalações para pontos de concentração de populações, identificação de meios e recursos existentes na área, etc.

Em relação à gestão de emergência, embora de cunho mais abrangente e sistémico para o qual também alguns passos vêm sendo dados, sugere-se a

definição de missões e atribuições que, em estreita articulação com as entidades que concorrem institucionalmente para o socorro e salvamento, permitam uma rápida identificação e avaliação das situações e danos produzidos, melhorando a capacidade de resposta e inerente redução de vítimas.

As verdadeiras apostas em ações de planeamento, quer preventivo, quer de emergência, poderão ser contributos indispensáveis e decisivos para a minimização das situações de risco resultantes dos processos sociais de articulação entre as sociedades e o ambiente construído. Assim, e em termos de emergência e reabilitação pós-desastre considera-se que, pela dimensão que o problema acarreta, com elevados custos humanos e materiais, que terão de se reforçar os mecanismos e instrumentos que possibilitem contribuir para uma mitigação ou minimização substancial dos factores de risco, reduzindo desse modo os impactes do desastre. No domínio da reabilitação não serão, a pretexto algum, de descurar as linhas de acção e participação desenhadas em torno das Brigadas de Apoio Local que poderão constituir-se em núcleos dinamizadores e catalizadores das necessidades e anseios das populações para fazer face a eventuais situações pós-desastres.

Como conclusão, refira-se que, apesar do conjunto de vulnerabilidades acima transcritas e apresentadas, Alfama apresenta, também, condições e capacidades que, devidamente integradas e fomentadas participadamente, constituem um valor acrescentado de importância vital para a delimitação e programação de ações de protecção civil, com inerente manifestação na construção de uma cultura de segurança, potenciando desse modo a aposta estratégica em termos de desenvolvimento desta realidade sócio-económica, cultural e urbana.